

# Boticas abdica de IRS e mantém IMI no mínimo

Medida da Autarquia transmontana permite poupança às famílias com dependentes a cargo

**IMPOSTOS** Em 2021, o Município de Boticas volta a abdicar da totalidade dos impostos a que tem direito (5%) e mantém a taxa de IMI no valor mínimo permitido por lei (0,3%), dando ainda continuidade às reduções fixas para os agregados familiares com dependentes a cargo.

A proposta da Autarquia transmontana foi recentemente ratificada pela Assembleia Municipal.

A título de exemplo, uma família com um filho dependente beneficiará de uma dedução de 20€. Com dois dependentes, a dedução será de 40€. E com três ou mais dependentes, a poupança chega aos 70€.

O presidente da Câmara, Fernando Queiroga, sublinhou que as medidas “têm em linha de conta o bem-estar geral das famílias do nosso concelho e a promoção da qualidade de vida na nossa terra. O momento difícil que atravessamos justifica em pleno que continuemos a apoiar os agregados familiares e a contribuir para a normalidade possível”.

“Felizmente, a boa saúde financeira da Autarquia permite continuar a fazer face às políticas de família que temos vindo a implementar, pensando sempre na nossa população e no bem-estar da nossa terras”, frisou o autarca. ● P.S.R.



Pavilhão Desportivo da Rota da Castanha, em Valpaços, é um dos beneficiados

# Infraestruturas desportivas do Alto Tâmega renovadas

Montalegre, Valpaços e Vila Pouca conseguem acesso a 52 500 euros provenientes de programa de reabilitação

**Paulo Silva Reis**  
locais@jn.pt

**INVESTIMENTO** Três infraestruturas desportivas da sub-região do Alto Tâmega serão renovadas ao abrigo do Programa de Reabilitação de Infraestruturas Desportivas de 2020 (PRID), num total de quatro em Vila Real e de cerca de 100 a nível nacional. De acordo com o Ministério da Educação, a lista dos espaços que serão alvo de intervenções resulta de candidaturas que, “de ano para ano, têm vindo a aumentar”.

Na sub-região do Alto Tâmega foram aprovadas três candidaturas: a reabilitação da Sala de Treino do Clube de Taekwondo de Vila Pouca de Aguiar (CTVPA), com participação financeira de 12 500 euros do Instituto Português de Desporto e Juventude (IPDJ); a melhoria da eficiência energética do Campo de Jogos do Estádio da Lage, do Grupo Desportivo de Vilar de Perdizes (Montalegre), no valor de 25 mil euros para iluminação LED e sistema solar,

para produção de águas quentes sanitárias; e, ainda, a melhoria da eficiência energética (painéis solares fotovoltaicos e iluminação LED) no Pavilhão Desportivo Rota da Castanha, no valor de 15 mil euros, candidatura da Associação Escolinha de Futsal Johnson Januário de Carrazedo de Montenegro (Valpaços).

Por junto, os três municí-

pios transmontanos são beneficiados com 52 500 euros para obras de beneficiação.

O PRID, recorde-se, foi lançado em 2017 pelo Governo, “dada a inexistência de planos/fontes de financiamento destinadas à requalificação de infraestruturas desportivas, bem como a inexistência de fundos comunitários aos quais clubes e associações se possam candidatar, no atual quadro financeiro de apoio”.

As despesas elegíveis abrangem intervenções em pisos, coberturas, muros e bancadas, remoção de amianto, eficiência energética, balneários e espaços sanitários, adaptação e melhoramento das acessibilidades para mobilidade reduzida e, ainda, a ampliação de valências existentes.

As quatro edições do PRID envolvem a reabilitação de cerca de quatro centenas de infraestruturas desportivas, num investimento de mais de 20 milhões de euros, financiando o Governo cerca de 7 milhões de euros. ●

## À MARGEM

### 98 candidaturas

Na edição 2020 do PRID, 25 candidaturas foram apoiadas no Norte, num total de 98 em todo o território nacional.

### Dois milhões de euros

Nesta quarta edição, foram alocados mais de dois milhões de euros (que devem ser majorados com investimento local), distribuídos de norte a sul do país.

# Chaves volta a apoiar bandas de música

Três instituições do concelho recebem mais de 30 mil euros

**CULTURA** A Câmara de Chaves voltou a atribuir um apoio financeiro às seis bandas musicais do concelho. A Autarquia flaviense atribuiu uma comparticipação financeira, no valor de 5100 euros a cada entidade, nomeadamente à Banda Municipal Flaviense Os Pardais e às bandas musicais de Loivos, Outeiro Seco, Rebordondo, Torre de Ervededo e Vila Verde da Raia, num total de 30 600 euros.

O presidente da Câmara de Chaves, Nuno Vaz, reconhece a necessidade de “promover e apoiar a qualidade do desempenho artístico deste setor, no qual as bandas musicais se constituem como coletividades ao serviço da educação e divulgação cultural na promoção da sua freguesia e da região”. ● P.S.R.

# Feira das Cebolas vende 30 mil quilos

**VILA POUCA DE AGUIAR** A Feira das Cebolas de Vila Pouca de Aguiar, que se realiza a 25 de setembro, resistiu aos efeitos da pandemia. Ao final do dia do evento tinham sido transacionados cerca de 30 mil quilos de cebola, o que superou as melhores expectativas da organização.

A feira decorreu em quatro recintos, todos com apertadas medidas de prevenção.

A Feira das Cebolas propriamente dita teve lugar na Praça Camilo Castelo Branco. A mostra de produtos locais ocorreu na Praça Luís de Camões. Já a feira regular decorreu na Praça João Paulo II. E a de produtos frescos aconteceu no Mercado Municipal de Vila Pouca de Aguiar. Estiveram presentes os 50 produtores do concelho. ● P.S.R.



Fernando Queiroga, presidente da Câmara de Boticas

# Câmara de Ribeira de Pena paga dívida a vítima de acidente pirotécnico

**LIQUIDAÇÃO** O Município de Ribeira de Pena foi condenado ao pagamento de uma indemnização de 349 mil euros à vítima do acidente causado pelo espetáculo pirotécnico conhecido por “vaca de fogo”. O atual executivo municipal, liderado por João Noronha, de forma a evitar a penhora das contas bancárias, negociou com a vítima um acordo de pagamento faseado da in-

demnização. O pagamento já foi liquidado.

O acidente, que provocou a destruição total do olho direito da vítima, aconteceu em 2010. Ficou provado que, quando o espetáculo pirotécnico começou, além de não estar licenciado pelas autoridades competentes, a apólice de seguro contratada pela Autarquia [da altura] já tinha perdido a respetiva validade. ● P.S.R.